



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005888-76.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **FERNANDO APARECIDO DE ANGELO**
 Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou que mantinha contrato de prestação de serviços com a ré e que tentou rescindi-lo, mas ela informou que isso não seria possível em razão da vigência do período de fidelidade.

Alegou ainda que não concordou com isso e que posteriormente recebeu cobranças indevidas por parte da ré, a qual culminou por inseri-lo perante órgãos de proteção ao crédito.

Almeja à declaração de inexigibilidade de tais débitos.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade dos débitos em apreço.

Salientou em contestação que inexistiram falhas na prestação dos serviços a seu cargo, além de apresentar "telas" que, unilateralmente confeccionadas, não possuem alto valor de convicção.

Como se não bastasse (e esse aspecto é de fundamental relevância), o autor elencou a fl. 02 os protocolos de contatos mantidos com a ré, inclusive quando o cancelamento do contrato foi avençado.

Diante disso, tocava à ré demonstrar que essa dinâmica não sucedeu, bastando que ameahasse as conversas relativas àqueles protocolos para patentear que não versaram sobre o que o autor expendeu, mas ela não o fez.

Ao contrário, apresentou uma única mídia diversa da que lhe foi determinado juntar a fl. 68, esclarecendo que não possuía mais nenhuma outra em seu poder (fls. 91 e 93).

A conjugação desses elementos, aliada à falta de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Isso porque a ré não se desincumbiu do ônus de comprovar a existência de débitos em aberto por parte do autor, bem como que o cancelamento do contrato firmado não aconteceu na esteira dos protocolos especificados a fl. 02.

É o que basta à declaração da inexigibilidade dos mesmos, tornando-se definitiva a exclusão da inscrição do autor perante órgãos de proteção ao crédito deles oriunda.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade dos débitos declinados a fls. 01.

Torno definitiva a decisão de fls. 17, oficiando-se.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**